

A. I. Nº - 152701.0057/13-6
AUTUADO - RAIDEN DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
AUTUANTE - ELENILTON DE JESUS SOARES
ORIGEM - IFMT SUL
INTERNET - 05/08/2014

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0167-03/14

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. IMPOSTO RETIDO E NÃO RECOLHIDO. LANÇAMENTO DO IMPOSTO. Comprovado nos autos que o contribuinte na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às operações internas subsequentes, nas vendas realizadas para contribuintes localizados neste Estado, reteve e não recolheu o ICMS/ST. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração lavrado em 28/01/2013, exige crédito tributário no valor de R\$5.363,30, acrescido da multa de 150%, por ter deixado de recolher o ICMS retido, na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, relativo às operações subsequentes, nas vendas realizadas para contribuintes localizados no estado da Bahia.

Consta na descrição dos fatos, que o autuado deixou de recolher o ICMS referente a antecipação tributária das mercadorias (produtos químicos – biotech sx) constantes no DANFe 8159 de 21.01.2013, fl.09, emitido pela autuada, mercadorias procedentes de São Paulo, estado signatário do convênio ICMS 74/94, e que o remetente fez a retenção e não efetuou o respectivo pagamento do imposto. As mercadorias foram apreendidas juntamente com o citado documento fiscal, como prova material da infração e lavrado o Termo de Ocorrência Fiscal nº 152701.0015/13-1 fls.12/13.

O autuado à fl.19 encaminha documento referente ao auto de infração recebido em 11.03.2013, onde afirma que tal autuação não procede, pois o DAE com data de emissão em 31.01.2013 elaborado pelo fiscal autuante, no valor de R\$6.328,70 foi devidamente recolhido conforme documentos fls. 30/31.

O autuante presta a informação fiscal fls.37/38. Diz que assiste razão ao autuado quando afirma que lhe fora enviado o DAE para pagamento com o valor informado, porém este DAE foi gerado com erro do sistema ou por parte de quem o confeccionou, constando valores inferiores ao exigido no presente PAF.

Afirma que o que se observa no documento de fl.31 é que o valor referente ao ICMS devido foi preenchido corretamente no valor de R\$5.363,30, porém o valor da multa, não se sabe o motivo, acabou por ser inferior ao exigido no auto de infração, sendo lançado no DAE o valor referente a 60% com redução para 18%, quando esta deveria ser de 150% sem qualquer redução como exigido no auto de infração.

Informa que não há como negar que houve o pagamento, porém em valores inferiores ao efetivamente reclamado, devendo o contribuinte recolher a diferença entre os valores já recolhidos e o efetivamente reclamado no auto de infração, já que o erro de emissão do DAE não possui o condão de alterar a tipificação lançada no auto de infração.

Destaca que o defendente não contesta a autuação limitando-se a informar o valor já pago, reconhecendo desta forma o cometimento da infração. Opina pela procedência da autuação.

Consta às fls.40/41 extrato do SIGAT/SICRED com valores recolhidos pelo autuado.

VOTO

Consta da acusação fiscal que se trata de lançamento tributário por ter deixado de recolher o ICMS retido, na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, relativo às operações subsequentes, nas vendas realizadas para contribuintes localizados no estado da Bahia.

Da análise dos elementos que instruem o PAF, vejo que não existe lide a respeito da infração, visto que o contribuinte recolheu o imposto após a autuação.

O autuado nas razões defensivas não negou o cometimento da irregularidade apontada, questionou apenas, o valor total do auto de infração, pois alegou que recebeu um DAE para recolhimento do imposto no valor de R\$6.328,70 que foi devidamente recolhido conforme documentos fls. 30/31.

Compulsando os autos, vejo que a autuação se refere a antecipação tributária das mercadorias (produtos químicos – biotech sx) constantes no DANFe 8159 de 21.01.2013, fl.09, procedentes de São Paulo, Estado signatário do convênio ICMS 74/94, e que o autuado fez a retenção e não efetuou o respectivo pagamento do imposto.

No caso em análise, retenção do imposto pelo sujeito passivo sem o recolhimento tempestivo, deverá ser aplicada a multa de 150%, conforme previsão da alínea “a”, inciso V do art. 42 da Lei nº 7.014/96, abaixo transcrito:

*Art. 42. Para as infrações tipificadas neste artigo, serão aplicadas as seguintes multas
V - 150% (cento e cinquenta por cento) do valor do imposto:*

a) retido pelo sujeito passivo por substituição e não recolhido tempestivamente;

Conforme demonstrativo de débito fl.7, vejo que de forma equivocada, sobre o valor do imposto retido e não recolhido foi aplicada multa de 60% com redução de 70%. Considerando que a autoridade administrativa que constitui o crédito tributário pelo lançamento, apenas propõe a aplicação da penalidade cabível, cabendo ao órgão julgador, na apreciação do lançamento de ofício impugnado, aplicar a penalidade correta diante do fato imputado, concluo que a multa devida é de 150%, prevista no dispositivo acima transcrito.

Ante ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração, devendo ser homologados os valores pagos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **152701.0057/13-6**, lavrado contra **RAIDEN DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$5.363,30**, acrescido da multa de 150% prevista no inciso V, alínea "a" do art. 42 da Lei 7.014/96 e dos acréscimos legais, devendo ser homologado os valores pagos.

Sala das Sessões do CONSEF, 23 de julho de 2014.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE

ALEXANDRINA NATÁLIA BISPO DOS SANTOS – RELATORA

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS – JULGADOR